

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 1974

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.ª LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quêlse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacii — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacii — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Aglides de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Agualdo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stelia do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quêlse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Agualdo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Agualdo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quêlse Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

DECRETO LEGISLATIVO:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 425-74

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os protocolados nrs. 5.398, de 27 de junho de 1974 e 5.103, de 19 de junho de 1974 e os termos do Relatório da Comissão Especial instituída pelo Decreto Legislativo n.º 205-74, de 29 de maio de 1974,

RESOLVE:

I — READAPTAR o funcionário abaixo citado no nível inicial da Série de Classes do Grupo Ocupacional de Direito: Rafael de Lala Sobrinho.

II — PROMOVER os funcionários abaixo citados do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia:

PARA O NÍVEL PL-26 — Jorge Kudry — Por merecimento.

PARA O NÍVEL PL-25 — Lucy de Mello Keinert — Por antiguidade.

III — READAPTAR, no nível PL-24 da Série de Classes de Redação e Divulgação do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o funcionário abaixo citado:

Gilberto Bittencourt Fontoura.

Palácio "Dezembro de Dezembro", em 06 de agosto de 1974.

a) João Mansur — Presidente.

a) Jorge Sato — 1.º Secretário.

a) José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

Ata da 116ª Sessão Ordinária

Realizada em 6 de Agosto de 1974

(Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Borsari Neto.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Antônio Costa — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Ruffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Queire Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e João Mansur (33); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Helio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Antônio Lopes Júnior — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Erondy Silvério — Fuad Nacii — Igo Losso — Lázaro Dumont — Paulo Camargo — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os nrs. 166, 167 e 168-74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, os Projetos de Lei nrs.:

169-72 — Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que visa criar na sede do Distrito de Rensanópolis, Município de Sengés, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

151-73 — Do Senhor Deputado João Caill Fadel, que visa transferir para o Sistema Estadual de Ensino, o Ginásio Municipal de Rui Barbosa, da cidade e Município de Arapoti. — A C.C.J.

278-74 — Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visa criar o Ginásio Estadual de Vila Alto, Município de Umuarama, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

Sob o n.º 626-74, de 26 do mês próximo passado, comunicando que em Sessão Plenária realizada no dia 24 de junho de 1974, a Câmara Municipal de Curitiba aprovou proposição de autoria da Bancada da Aliança Renovadora Nacional, consubstanciada em voto de efusivas congratulações ao Senhor Deputado João Mansur, pela sua escolha a candidato ao Senado da República, pela ARENA, almejando uma brilhante vitória nas eleições futuras para o progresso e para o bem e glória de todos os paranaenses. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n.º 38-74, do Senhor Horácio Luiz Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Morretes, encaminhando cópia de Requerimento de autoria do Senhor Vereador Haroldo Cândido da Silva, considerando que o Município de Morretes tem sua economia ligada diretamente, ao cultivo do solo, especialmente na produção de legumes e verduras, requer, tendo em vista a ocupação dos espaços por outros interessados, geralmente intermediários, os lavradores de Morretes, necessitam de, mesmo precariamente e fora do expediente normal, terem permissão para estacionar os veículos de transportes, junto ao Supermercado Municipal de Curitiba, praticamente o único local que, eventualmente, tem oferecido condições para a colocação dos produtos a revendedores, entre os quais, os atacadistas e varejistas ali estabelecidos. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Elmano Cruz, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa do Rio de Janeiro, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Diretoria que deverá reger os destinos daquela Entidade durante o biênio 74-76. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Do Senhor Aristeu dos Santos Ribas, comunicando haver assumido interinamente o cargo de Presidente da Subcomissão Geral de Investigações no Estado do Paraná. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, Departamento de Trânsito, encaminhando fotocópias de propaganda da Phillips, Plessey — Inglaterra — Eyssa — Espanha — Ericsson — Suécia, bem como ofício explicativo. — Ao conhecimento da Casa.

Da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, Departamento de Trânsito, encaminhando fotocópias de propaganda de Eagle Control — USA, bem como ofício explicativo. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 270-74, do Senhor José Justiniano Dias Paredes, comunicando haver assumido a Direção da Prisão Provisória de Curitiba. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o n.º 215-74, do Senhor Athos Moraes de Castro Vellozo, comunicando haver, por motivo de viagem de seu Titular Desembargador Edmundo Mercer Júnior, assumido as funções de Presidente em exercício do Tribunal de Justiça. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

REQUERIMENTOS.

— de autoria do Senhor Deputado Olavo Ferreira, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 90-74.

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para as Proposições nrs. 133 e 124-73.

— de autoria do Senhor Deputado Haroldo Bianchi, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei nrs. 19-74 e 20-74.

— de autoria do Senhor Deputado David Federmann, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.º 29-74.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, amparado no Regimento Interno e após a audiência do Plenário, requer seja enviado expediente ao Senhor Presidente da TELEBRAS, Dr. José Antônio de Alencastro Silva no sentido de que o sistema telefônico DDO, da TELEPAR na cidade de Barracão, continue sob a orientação da Companhia Paranaense de Telecomunicações.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 1974.

(a) Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA:

Barracão e Dionísio Cerqueira são duas cidades gêmeas da Fronteira entre o Paraná e Santa Catarina. Barracão, cidade paranaense está com a programação pronta de 100 (cem) ramais do sistema DDO, que via Francisco Beltrão-Pato Branco integra-se à rede DDD do Estado. Correm boatos de que aquela cidade deixaria de pertencer à TELEPAR, passando a integrar-se ao sistema da COTESC, Companhia de Santa Catarina.

O presente apelo tem em mira apelar ao Presidente da TELEBRAS para que continue com o sistema paranaense de comunicações, isto porque os habitantes de Barracão já adquiriram aparelhos da TELEPAR e em segundo lugar todos os interesses comerciais, públicos e os ligados com a segurança da população estão vinculados ao nosso Estado.

Creio que o nosso apelo merecerá o apoio dos nobres colegas e desta forma o mesmo será enviado em nome da Casa ao Presidente Nacional das Comunicações e certamente atenderá o nosso pedido.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 111-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado, na forma da alínea "a", inciso VIII, do art. 21, da Constituição Estadual, a conceder um auxílio ao Município de Arapongas do valor de Cr\$ 151.448,33 (cento e cinquenta e um mil quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e trinta e três centavos), para satisfazer um débito de igual valor junto ao Departamento de Edificações e Obras Especiais, contraído nos exercícios de 1969 e 1971.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 1974.

(a) Muggiati Filho

JUSTIFICATIVA:

Pretende o presente Plano de Lei dar condições ao Município de Arapongas para que cubra uma dívida existente junto ao Departamento de Edificações e Obras Especiais, decorrente de execução de obras constantes das faturas em anexo, e de cujo recurso não dispõe aquela Municipalidade, por lhe ser inteiramente desconhecido tal débito.

Além do mais, a administração anterior, sem o devido cuidado e planejamento, não programou devidamente a obra em questão, o que acarretaria o extravasamento dos recursos financeiros municipais, se a Prefeitura, sem os meios legais disponíveis efetuar tal pagamento. Assim e em face das considerações expendidas, apresentamos o presente Projeto de Lei à apreciação de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê os indispensáveis apoio e aprovação final.

Projeto de Lei n.º 112-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Munhoz de Mello, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 1974.

(a) Muggiati Filho

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de Utilidade Pública, satisfaz todos os requisitos exigidos, quer pela legislação federal quer pela legislação estadual.

Assim, pois, verifica-se que a mesma foi fundada há mais de um (1) ano; que está em pleno funcionamento, segundo os atestados inclusos; que, na forma de seu estatuto, presta serviço à coletividade, de forma desinteressada, não percebendo seus dirigentes qualquer tipo ou forma de remuneração, e, finalmente, referido estatuto está devidamente registrado no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas.

Nestas condições, apresentamos o presente Plano de Lei à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê acatamento e final aprovação.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não há oradores inscritos. Está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer

uso da palavra no Pequeno Expediente e no Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 33 Srs. Deputados.

A Presidência tem a honra de registrar a presença, neste Plenário, do Sr. Joaquim Andrean, Vereador de Mandaguai.

Sobre a mesa Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

VOTAÇÃO EM 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 166-69, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 41-69, que cria em conformidade com a Lei n.º 5.821, de 3 de agosto de 1968, 2 (duas) Inspetorias Regionais de Ensino, mediante proposta da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P., com SUBSTITUTIVO. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Rejeitado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 15-68, que autoriza a Comissão Executiva deste Poder enviar ao Congresso Nacional, sugestões e críticas sobre Projeto de Lei em tramitação naquela Casa, que trata da redivisão territorial do Brasil. — Rejeitado.

Redação final do Projeto de Resolução n.º 15-68

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE

Art. 1.º — Fica a Comissão Executiva autorizada a enviar ao Congresso Nacional sugestões e críticas sobre o Projeto de Lei de autoria do Deputado Federal Floriano Rubin, em tramitação naquela Casa, e que trata da redivisão territorial do Brasil.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(Ass.) Ivo Thomazoni — Presidente.

(Assinaturas ilegíveis)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 564-62, que cria no Município de Barracão o Distrito Administrativo de "Tiradentes", com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. — Rejeitado.

Redação final do Projeto de Lei n.º 564-62

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado no Município de Barracão, o Distrito Administrativo e Judiciário de Tiradentes, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

— partindo da foz do arroio do Arrozal, subindo por este até a sua cabeceira, seguindo por uma linha seca até alcançar uma cordilheira por onde passa a antiga estrada Tropeira e continuando por esta até a nascente do arroio do Cedro, descendo por este até a sua foz com o rio Tamanduá (Sarandi) e por este abaixo até a sua foz no rio Capanema e por este acima até o rio Pinhalito, subindo por este até fazer barra com o rio das Águas e finalmente por este acima até o ponto de partida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6-5-69.

(Ass.) Ivo Thomazoni — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 631-65, criando o Distrito Administrativo e Judiciário de Rio, 14, no Município e Comarca de Francisco Beltrão. — Rejeitado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 631-65

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Judiciário e Administrativo de Rio 14, com sede na localidade do mesmo nome, Município e Comarca de Francisco Beltrão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27-4-70

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 632-65, criando na localidade do mesmo nome e divisas que especifica, o Distrito Administrativo e Judiciário de Jacutinga, na Comarca e Município de Francisco Beltrão. — Rejeitado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 632-65

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Judiciário e Administrativo de Jacutinga, com sede na localidade do mesmo nome, Município e Comarca de Francisco Beltrão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 233-68, que cria no Município de Cianorte, o Distrito Administrativo e Judiciário de Vidigal. — Rejeitado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 233-68

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado no Município de Cianorte, o Distrito Administrativo e Judiciário de Vidigal, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

— começa no rio dos Índios, na foz do córrego Tancredo, sobe por este até a sua nascente de onde por uma linha seca alcança o ribeirão São Tomé, na foz do córrego Paraopeba, pelo qual sobe até a sua nascente, de onde por uma linha seca no sentido Leste alcança a estrada Cianorte - São Tomé, daí segue rumo Leste até alcançar o rio Carandei, daí desce por este abaixo até encontrar na foz do córrego Plalodedron de onde por uma linha seca Sudeste alcança o rio Ligeiro, pelo qual desce até o córrego Opalina e por este acima até sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a nascente do córrego Sepetiba e por este abaixo até sua foz no rio São Tomé, de onde sobe o córrego Juraia até sua nascente, daí alcança a nascente do córrego Purus e por este abaixo até o ribeirão Bolívar pelo qual desce até a sua foz, no rio dos Índios e por este abaixo até alcançar a foz do córrego Tancredo, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27-11-68.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 321-68, com sede e divisas que especifica, cria no Município de Cascavel o Distrito Administrativo e Judiciário de Alvorada D'Oeste. — Rejeitado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 321-68

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado no Município de Cascavel, o Distrito Administrativo e Judiciário de Alvorada D'Oeste, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

— Da divisa do município de Leônidas Marques, pelo rio Gonçalves Dias até encontrar cruzinha Oeste até encontrar a cabeceira do arroio Silveira, por este abaixo até encontrar o rio Andrada, rio Andrada abaixo até encontrar a divisa de Leônidas Marques.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27-11-68.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 428-68, que dá novas divisas ao Município de Nova Olímpia. — Rejeitado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 428-68

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O município de Nova Olímpia, passa a ter as seguintes divisas:

"Inicia na Barra do Rio Capricórnio, com Tapiracui, descendo por esta até encontrar as terras da Fazenda Mineira, prosseguindo por linha seca e reta até o 2.º marco do Lote de n.º 22 da Fazenda Paulistinha, seguindo em linha reta até a nascente do Rio Água Raza, descendo pelo mesmo até o Rio das Antas, subindo pelo mesmo até a cabeceira do Rio São Domingos, continuando por linha reta e seca até encontrar o Rio Capricórnio, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 25-6-70.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 156-69, que passa à responsabilidade do D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga o Município de Jacarezinho ao da Barra do Jacaré, numa extensão de trinta quilômetros. — Rejeitado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 156-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica transferida à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do município de Jacarezinho à sede do município de Barra do Jacaré numa extensão de 30 (trinta) kms.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-11-70

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 11-70, que cria uma Circunscrição de Trânsito em Centenário do Sul, com jurisdição nos Municípios de Lupionópolis, Cafeara, Florestópolis e Porecatu. — Rejeitado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 11-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada uma circunscrição de trânsito no Município de Centenário do Sul, com jurisdição nos municípios de Lupionópolis, Cafeara, Miraselva, Florestópolis e Porecatu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-10-70

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 45-67, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. Celso Garcia Cid, residente na cidade de Londrina. Parecer favorável da C.C.J. — Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para encaminhar a votação).

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Sr. Celso Garcia Cid foi um cidadão dos mais ilustres do Município de Londrina e do Paraná e cujo falecimento consternou todo nosso Estado. Nestas condições a votação do Projeto seria admitida se houvesse a concessão de um título "post mortis" ou o Projeto fosse considerado prejudicado face a essa ocorrência.

Portanto, queremos registrar que não gostaríamos de rejeitar o Projeto por se tratar de uma pessoa cujo passado é, por todos os títulos, respeitado. Assim sendo, pediríamos tendo em vista essa ocorrência, que o Projeto fosse retirado da Ordem do Dia para estudo pelo número de Sessões que V. Exa. julgar necessárias.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem). Sr. Presidente, o Governo do Estado do Paraná como de resto todos os brasileiros que vivem neste Estado, acostumaram-se a ver no saudoso Celso Garcia Cid o pioneiro que muito fez pelo Paraná e pelo desenvolvimento de nosso Estado.

Tanto isto é verdade que o Governo do Estado denominou uma das rodovias, talvez uma das mais importantes do plano viário do Estado, com o nome de Celso Garcia Cid, como uma homenagem justa àquele que sempre soube ser, como paranaense, um dos expoentes de uma região progressista e do norte do Estado.

Concordo com o Sr. Deputado Muggiati Filho para, muito embora existam sugestões no sentido de rejeitar a proposição por estar desatualizada, que se retire da Ordem do Dia para ver da possibilidade que esta honraria seja concedida "post-mortis".

Sabemos, Sr. Presidente, que nesta Casa V. Exa. só poderia analisar a proposição desde que à Mesa fosse encaminhado um Requerimento por escrito.

Proponho-me a subscrever, com o Deputado Muggiati Filho, um Requerimento solicitando a retirada da Ordem do Dia deste Projeto por vinte Sessões, se o Deputado Muggiati Filho concordar.

O Sr. Muggiati Filho — Perfeitamente, concordo.

O SR. PRESIDENTE — Suspendo a Sessão por cinco minutos para que seja elaborado o Requerimento pelo Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. PRESIDENTE — Reaberta a Sessão. Sobre o referido Projeto de Lei n.º 45-67, em discussão, foi apresentado Requerimento no seguinte teor: (Lê):

"Senhor Presidente,

Os Deputados subscritores do presente requerem, nos termos do Regimento Interno a retirada da Ordem do Dia, por 20 Sessões, o Projeto de Lei n.º 45-67.

Sala das Sessões em 6 de agosto de 1974.

(aa) Ivo Thomazoni

Muggiati Filho".

Em votação o Requerimento. — Aprovado.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 414-68, de autoria do Dep. Fuad Nacli, que cria uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no Município de Bandeirantes, para funcionar no ano letivo de 1969 e dá outras providências. — Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.I.P. e favorável com SUBSTITUTIVO da C.F. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 414-68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no Município de Bandeirantes, para funcionar a partir do ano letivo de 1969.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 1968.

(a) Fuad Nacli

JUSTIFICATIVA — O Município de Bandeirantes, através de um trabalho produtivo e laborioso que seus habitantes vem realizando, sendo fruto do mesmo um índice de desenvolvimento surpreendente, reunindo no momento condições essenciais para a criação da Faculdade, ora pleiteada, principalmente porque é necessário e indispensável proporcionar aos estudantes meios que possam completar a sua formação educacional e cultural, devendo-se considerar ainda, que diversas famílias não dispõem de situação financeira equilibrada que possibilite o custeio dos estudos de seus filhos em Escolas Superiores localizadas em centros mais adiantados.

Por estas razões, esperamos contar com o precioso apoio dos nobres Pares na aprovação deste plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 414-68

Autor: Deputado FUAD NACLI

PARECER

I — O projeto sob o aspecto constitucional tem vício de iniciativa. Com efeito, tratando-se de matéria que envolve despesa pública, bem como interferência na execução orçamentária do exercício em curso, escapa a competência da Assembléia tomar a iniciativa do processo legislativo.

II — Sendo assim, a inviabilidade decorre do disposto no artigo 36 da Constituição do Estado, que consagra a regra segundo a qual é da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis que de qualquer modo criem ou aumentem a despesa pública.

Tendo em vista tais motivos, opinamos pela inconstitucionalidade do projeto.

Sala das Comissões, em 5 de novembro de 1969.

(Ass. ilegível) — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 414-68

AUTOR: DEPUTADO FUAD NACLI

PARECER: Merece louvores a iniciativa do nobre Deputado Fuad Nacli, que visa criar na cidade de Bandeirantes uma Escola de Filosofia, Ciências e Letras. Realmente a cidade de Bandeirantes está a exigir um curso de grau superior pelo grande desenvolvimento, quer no setor sócio-econômico, quer no setor cultural. Estamos de pleno acordo com a proposição mas, com a devida vênia apresentaremos um substitutivo, que sem modificar seu espírito, lhe dará forma mais legislativa.

Parecer favorável, de acordo com substitutivo abaixo.

SUBSTITUTIVO

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar na cidade de Bandeirantes, uma Escola de Filosofia, Ciências e Letras, para funcionar no ano letivo de 1970.

Art. 2.º. As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da dotação própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20-11-1969.

Leopoldo Jacomei — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER

1 — A iniciativa do Deputado Fuad Nacli, criando uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no Município de Bandeirantes, quanto ao mérito, nada temos a opor.

2 — Contudo nosso parecer é no sentido de que se respeite o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Portanto contrário à aprovação.

Sala das Comissões, em 27-04-71.

(Ass. ilegível) — Presidente

Alvaro Dias — Relator

(Ass. ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 415-68, de autoria do Dep. Fuad Nacli, que cria uma Faculdade de Agronomia no Município de Bandeirantes, para funcionar no ano letivo de 1969 e dá outras providências. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. e favoráveis da C.F. e C.I.P., com SUBSTITUTIVO. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 415-68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada uma Faculdade de Agronomia no Município de Bandeirantes, para funcionar a partir do ano letivo de 1969.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 1968.

(a) Fuad Nacli

JUSTIFICATIVA — O Município de Bandeirantes, mercê de um trabalho profícuo e laborioso que seus habitantes vem realizando, tem crescido de forma assustadora, reunindo no momento condições essenciais para a criação da Faculdade, ora pleiteada principalmente pelo fato de ser necessário e indispensável proporcionar aos estudantes os meios mínimos para aprimorar a sua formação educacional e cultural considere-se ainda, que diversas famílias não dispõem de situação financeira equilibrada que possibilite o custeio dos estudos de seus filhos em centros mais adiantados.

Por estas razões, esperamos contar com o apoio dos nobres colegas na aprovação deste plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 415-68

Autor: Deputado FUAD NACLI

PARECER

I — O projeto sob o aspecto constitucional tem vício de iniciativa. Com efeito, tratando-se de matéria que envolve despesa pública, bem como interferência na execução orçamentária do exercício em curso, escapa a competência da Assembléia tomar a iniciativa do processo legislativo.

II — Sendo assim, a inviabilidade decorre do disposto no artigo 36 da Constituição do Estado, que consagra a regra segundo a qual é da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis que de qualquer modo criem ou aumentem a despesa pública.

Tendo em vista tais motivos, opinamos pela inconstitucionalidade do projeto.

Sala das Comissões em 5 de novembro de 1969.

(Ass. ilegível) — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 415-68

AUTOR: DEPUTADO FUAD NACLI

PARECER: O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, visa criar na cidade de Bandeirantes, uma Faculdade de Agronomia. Acharmos muito justa a pretensão do autor, pois Bandeirantes dado ao grande surto de progresso que experimenta, está a exigir a criação de uma escola de nível superior. Tomamos todavia a liberdade de apresentar um Substitutivo o qual, sem modificar seu espírito, lhe emprestará forma mais legislativa. Nosso parecer é portanto pela sua aprovação, nos termos do Substitutivo abaixo.

SUBSTITUTIVO

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Faculdade de Agronomia na cidade de Bandeirantes, para funcionar a partir do ano letivo de 1970.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei, correrão à conta da dotação própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20-11-1969.

Leopoldo Jacomel — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER

1 — Estado eminentemente agrícola, o Paraná necessita para o aprimoramento de sua produção e comercialização, técnicos no setor. O Norte do Estado, conhecido como o "celeiro do País", contudo, não possui em número suficiente estabelecimentos de ensino desta ordem. Daí o grande deslocamento de estudantes para os grandes centros, provocando com isso uma série de problemas sociais, entre eles a evasão de mão-de-obra especializada e despesas na economia doméstica com o preparo dos mesmos.

2 — Por isso entendemos como de grande utilidade e viabilidade a iniciativa do Deputado Fuad Nacii, para a criação de uma Faculdade de Agronomia no município de Bandeirantes. Sem modificar o espírito, entretanto, tomamos a liberdade de atualizar a sua forma legislativa.

3 — Nosso parecer é pela sua aprovação, nos termos do Substitutivo abaixo.

SUBSTITUTIVO

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Faculdade de Agronomia na cidade de Bandeirantes, para funcionar a partir do ano letivo de 1972.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei, correrão à conta da dotação própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27-6-71.

(Ass. ilegível) — Presidente

Alvaro Dias — Relator

(Ass. ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 444-68, de autoria do Dep. Roberto Wypych, que outorga Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor João de Medeiros Calmon. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 444-68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica outorgado o título de CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ, ao Doutor JOÃO DE MEDEIROS CALMON.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1968.

(a) Roberto Wypych

JUSTIFICATIVA:

Consideramos quase que desnecessário justificar a concessão do título de Cidadão Honorário do Paraná, a João Calmon. As suas qualidades morais e o seu elevado espírito público melhor o farão por nós. A imprensa sempre teve influência proeminente no desenvolvimento dos países e dos povos. Eis porque o jornalismo tem representado, nos quatro cantos do mundo, papel preponderante. E o jornalismo tem em João Calmon, um padrão de honestidade impecável tornando-o uma das figuras mais representativas nesse setor.

Fiel ao seu pensamento político, por excelência democrático, com sua formação espiritual e humana alicerçada nos princípios do catolicismo, João Calmon visa principalmente o homem como meta fundamental. Disse certa vez Aldous Huxley: — "Todo aquele que sabe ler tem o poder de se engrandecer, de multiplicar os seus meios de vida, de fazer a sua existência repleta e interessante". Calmon aproveitou ao máximo esse poder. Não herdou de pai rico a posição que ora ocupa e nem a fortuna que desfrutou; na vida, começou menino pobre; na carreira, começou repórter como qualquer um. E a história bem nossa conhecida, de que numa democracia as oportunidades estão sempre ao alcance de todos.

E também João Calmon um dos grandes precursores na defesa da Revolução de 31 de março de 1964, da qual foi um baluarte da sua organização, tomando parte ativa através de sua pena brilhante e da versatilidade de sua palavra fluente e fácil, defendendo sempre os mais elevados princípios democráticos de sua terra, para a derrubada do oligarquismo anarquista de então. Muito devemos a esse capixaba tranquilo e até tímido, na desmoralização do mito Brizola, o centauro fantasma que assombrava os democratas durante o extremismo do governo que antecedeu 1964.

Como homem público, João Calmon tem reunido, através de suas múltiplas atividades e participação ativa nos magnos problemas brasileiros, conhecimentos novos e observações sem conta que conseguiu coletanejar em consequência de seus sofrimentos e de suas dificuldades, vividas e sofridas na sua infância e na sua juventude que ele tem sabido transformar em experiências básicas que lhe têm proporcionado o extraordinário e sutil senso de realismo nas suas atitudes cívicas. O seu objetivo tem sido sempre a melhoria das condições de progresso e oportunidades para os que lutam no interior, e ele assim procede na consciência de quanto vale para milhões de famílias interioranas a facilitação da educação intelectual e profissional, com vistas às novas gerações do futuro. Lutador incansável e intransigente defensor das causas nobres, ora lançando campanhas cívicas, ora fazendo de caráter filantrópico ou social.

Poderíamos nos alongar muito mais, mas para falar completamente da vida e obra de Calmon, seriam necessários alguns livros e não simplesmente na justificativa de um projeto de lei, outorgando-lhe o título de Cidadão Honorário do Paraná, fato que só virá honrar o Paraná e a sua concretização nada mais será do que — JUSTIÇA.

Esperamos, portanto, nobres e preclaros colegas, poder contar com o apoio de Vossas Excelências, para a aprovação do presente plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 444-68

Autor: Deputado Roberto Wypych

Ao longo da justificativa do presente projeto, aliás convincente, verifica-se que o homenageado (1) notabilizou-se no desempenho da função de Deputado

Federal, (2) vem contribuindo singularmente para o desenvolvimento cultural brasileiro, através da ação jornalística, (3) tem realizado obras de vulto em benefício do bem comum e (4) se constituiu, no advento e na concretização da Revolução de 31 de março de 1964, um dos baluartes na defesa dos princípios democráticos e libertários da Nação brasileira.

A Lei n.º 5.632 de 13-9-1967, estabelece exatamente aquelas condições, como essenciais, para a concessão do título de cidadania honorária.

Nestas condições, o projeto é válido, em termos legais e, em face da Constituição, nada há que impeça a iniciativa por parte do Poder Legislativo.

Regimentalmente, o projeto está na devida forma.

Opino pela aprovação, com aplausos ao ilustre autor, pela feliz iniciativa.

Sala das Comissões, 23-4-69.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Antônio Lopes Júnior — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 90-70, de autoria do Deputado Luiz R. Malucelli, que denomina "Grupo Escolar Reinaldo Caliman", o atual Grupo Escolar de Vila Operário, com sede no Município de Jandaia do Sul. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 90-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.c — O Grupo Escolar de Vila Operário, da sede do Município de Jandaia do Sul, passa a denominar-se "Grupo Escolar Reinaldo Caliman".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1970.

Deputado Luiz Renato Malucelli

JUSTIFICATIVA:

Preteríamos, com a presente Proposição, render a mais justa homenagem a um dos pioneiros daquela região, que com seu espírito de luta, de dedicação ao seu semelhante, amor ao trabalho e à família e a coisa pública, contribuiu, decisivamente para o progresso e pujança de Jandaia do Sul.

O homenageado, quando em vida, além de suas atividades privadas, exerceu com brilhantismo, entusiasmo e alto espírito público a vereança à Câmara daquela mesma cidade.

Nestas condições apresentamos o presente Projeto de Lei à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê acatamento.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 90-70

Autor: Deputado Luiz Renato Malucelli

PARECER

1) — A medida proposta pelo nobre Deputado Luiz Renato Malucelli vem articulada e devidamente justificada, obedecendo, desta forma, disposição expressa do Regimento Interno.

2) — Por outro lado, a iniciativa é daquelas que não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto à sua oportunidade, convence-nos a justificativa do Autor.

3) — Em face de tais considerações, somos pela aprovação do projeto em exame.

E o parecer.

Sala das Comissões, em ... de julho de 1970

(Assinatura ilegível) — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 90-70

Autor: Deputado Luiz Renato Malucelli

PARECER

O projeto em questão após exame da Douta Comissão de Constituição e Justiça, mereceu por parte de seus membros Parecer favorável.

De nossa parte, portanto, nada temos a opor, pois a justificativa nos convence plenamente.

Nosso parecer, por tais razões, é favorável.

a) Deputado Antônio Lopes Júnior — Presidente

a) Deputado Gabriel Manoel — Relator

(Assinatura ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 99-70, de autoria do Deputado Olívio Belch, que autoriza o Secretário da Fazenda a parcelar os débitos de origem fiscal, relacionados ao I.C.M., cujos montantes ultrapassem o valor de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), e dá outras providências. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. — Em REGIME DE URGÊNCIA. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 99-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Senhor Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a parcelar os débitos decorrentes dos procedimentos fiscais relacionados ao Imposto de Circulação de Mercadorias, cujos montantes ultrapassem o valor de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros).

Parágrafo 1.º — O parcelamento autorizado neste artigo observará o critério de proporcionalidade entre o montante do débito e um valor máximo de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) por recolhimento parcelado, quando a rentabilidade do contribuinte evidenciar a impossibilidade de fixação de valor maior.

Parágrafo 2.º — Sempre que a rentabilidade mensal do contribuinte evidenciar a possibilidade de um recolhimento mensal parcelado de valor maior do que o fixado no Parágrafo Primeiro, fica a autoridade fiscal autorizada a determinar o valor do recolhimento, observada a real capacidade financeira do contribuinte.

Art. 2.º — Os débitos fiscais, decorrentes de notificações já expedidas, mesmo em fase de recurso, ou superada esta, não sofrerão acréscimos de quaisquer espécies, ficando congelados no valor primitivo da notificação, podendo, contudo, sofrer deduções, desde que consideradas procedentes as alegações de

defesa, se o contribuinte, logo após esgotado o prazo de recurso, manifestar propósito de pagar total ou parceladamente o débito.

Art. 3.º — Os futuros recolhimentos devidos e decorrentes de novas notificações, expedidas na vigência desta Lei, não sofrerão acréscimos por retardamento do prazo consignado para recolhimento, desde que o contribuinte apresente recurso fiscal, dentro do prazo estipulado na notificação, ou manifeste, através petição, propósito de se beneficiar com o parcelamento do débito, na forma desta Lei.

Art. 4.º — Se o contribuinte, no prazo da notificação, ingressar com pedido de pagamento parcelado do débito nela consignado, excluída multa ou acréscimos, implicitamente desistirá do direito de recorrer, em qualquer época, do valor do imposto constante do lançamento efetuado na notificação.

Art. 5.º — Evidenciada a impossibilidade financeira do contribuinte em recolher o valor do imposto consignado na notificação em parcelas iguais de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), fica a autoridade fiscal autorizada a fixar o valor do parcelamento, de forma a não impedir a continuidade das atividades do contribuinte, desde que tal continuidade não se revele lesiva aos interesses do erário público.

Art. 6.º — Os contribuintes em débitos com a Fazenda Pública, débitos decorrentes de uma ou mais notificações já expedidas, mesmo em fase de recurso fiscal, poderão recolher os montantes do débito ou débitos, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Lei, com isenção de multas ou acréscimos de quaisquer naturezas, ficando os processos de autuação fiscal com andamento susinado até o decurso do prazo fixado neste artigo e serão sumariamente arquivados se ocorrer o pagamento dentro do referido prazo.

Art. 7.º — O Senhor Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, no prazo de 15 (quinze) dias, baixará as instruções que julgar necessárias ao cumprimento da presente Lei.

Art. 8.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em ... de junho de 1970.

(a) Olívio Belich

JUSTIFICATIVA:

Os benefícios decorrentes do plano de Lei visam proporcionar melhores condições de pagamentos a contribuintes atingidos ou que venham a ser atingidos com notificações para recolhimentos devidos por I.C.M., dado o alarmante vulto de notificações procedidas, cujos montantes, na maioria das vezes, ultrapassam a capacidade financeira dos autuados, impedindo que cumpram com as obrigações decorrentes da autuação fiscal, determinando o encerramento de suas atividades, ocasionando, em consequência, prejuízos para o erário público e que poderão ser evitados com a aprovação do Projeto apresentado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 99-70

Autor: Deputado Olívio Belich

Objetiva o presente P.L. 99-70 autorizar o Exmo. Sr. Secretário da Fazenda a parcelar os débitos de origem fiscal, relacionados ao I.C.M.

Como se trata de matéria fiscal, requiero, ouvidos os ilustres pares presentes seja convertido o projeto em tela em diligência àquela Secretaria de Estado.

Em 07-07-70.

(a) Roberto Galvani

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 99-70

Autor: Deputado Olívio Belich

PARECER

Visa o presente projeto de lei, autorizar o Secretário da Fazenda, a parcelar os débitos de origem fiscal, relacionados ao I.C.M., cujos montantes ultrapassem o valor de Cr\$ 2.000,00.

Consideramos o plano de lei em estudo, inconstitucional, pois fere frontalmente o que dispõe a Carta Magna. Assim sendo opinamos pela sua rejeição. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 29-7-70.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 99-70

PARECER

Faça à data da apresentação do projeto, (há quase 2 anos) e sendo matéria fiscal assunto que se deve atualizar constantemente, e, ainda, existindo projeto novo de 1972, já aprovado e em fase de redação final, sou de parecer seja o presente projeto arquivado.

Sala das Comissões, em 23-05-1972.

(a) Antônio Lopes Júnior — Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 150-70, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a transferir à Café do Paraná, as ações que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 150-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Governo do Estado do Paraná, autorizado a transferir   Companhia de Fomento Agropecuário do Paraná — CAFÉ DO PARANÁ — 1.200.000 (hum milhão e duzentas mil) ações ordinárias e 400.000 (quatrocentas mil) ações preferenciais, no valor de Cr\$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil cruzeiros) e Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), respectivamente, de sua propriedade, e que compõem parte do Capital Social da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns — COPASA.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de julho de 1970.

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA

Sendo a Companhia de Fomento Agropecuário do Paraná — CAFÉ DO PARANÁ — uma Sociedade de Economia Mista e o Estado o detentor do maior número de ações, e idêntica condição verifica-se na Companhia Paranaense de Silos e Armazéns — COPASA, houve por bem o Poder Executivo solicitar a autorização da nobre Casa Legislativa, a fim de somente se transfira 1.200.000 (hum milhão e duzentas mil) ações ordinárias e 400.000 (quatrocentas mil) ações preferenciais de sua propriedade e que compõem parte do Capital Social da "COPASA" para o contr le da CAFÉ DO PARANÁ.

Consta-se, senhores Deputados, que não haverá mutação patrimonial alguma, pois o Estado não está vendendo e nem trocando ações e simplesmente transferindo do seu contr le acionário para a CAFÉ DO PARANÁ, em cuja empresa o Poder Público é o seu maior acionista.

A importância de 1.600.000 (hum milhão e seiscentas mil) correspondente às ações transferidas   CAFÉ DO PARANÁ, serão incorporadas no seu Capital Social e em nome do Governo do Estado do Paraná.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 150-70

de autoria do Deputado Erondy Silvério

1) — O projeto vem articulado e justificado, segundo o que determina o Regimento Interno.

2) — A iniciativa vem vasada em termo de autorização, razão pela qual não fere nenhum dispositivo, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa do Autor.

3) — Em face de tais circunstâncias, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1970.

(Assinatura ilegível) — Presidente

(Assinatura ilegível) — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 150-70

Autor: Deputado Erondy Silvério

PARECER

O caráter autorizativo do presente projeto de lei, não fere dispositivos de ordem legal ou financeira.

Somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em ... de agosto de 1971.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 64-71, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que dispensa das funções, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens durante o curso, funcionários públicos civis e militares quando matriculados na Escola Superior de Guerra. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 64-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1.º — Os funcionários públicos do Estado, civis e militares, bem como os servidores de entidades paraestatais ou de economia mista, que obtiverem matricula na Escola Superior de Guerra, ficarão dispensados de suas funções, sem prejuízo dos vencimentos e suas vantagens durante o respectivo curso.

Artigo 2.º — Os matriculados receberão mensalmente, ainda, a título de ajuda de custo, uma gratificação igual a 3 (três) vezes aos vencimentos e vantagens de cada um.

Artigo 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1971.

(a) Erondy Silvério

Ao apresentar-mos este Projeto de Lei, visualizamos proporcionar aos Funcionários Públicos do Estado do Paraná, a frequentar o Curso da Escola Superior de Guerra.

Sentimos que o fato de ser o funcionário contemplado com o Curso, muitas vezes, deixa-o de fazê-lo em virtude de seus poucos vencimentos.

O referido Curso, habilita tanto civis como militares que pela sua capacidade, dist  o nas diversas especialidades, ampliarão seus conhecimentos pela visão panorâmica dos problemas essenciais brasileiros.

Para o Estado do Paraná, onde existe a reafirmação dos princípios democráticos da Nação Brasileira, galdada nas palavras dos Presidentes Revolucionários e, principalmente no livro — O Jogo da Verdade —, do Presidente Ern lio Garraza Medici; o aluno tr r  para a comunidade paranaense, os objetivos doutr nicos da Seguren a Nacional pois aprender  nos mais variados setores, os métodos, a pesquisa, o desenvolvimento, o planejamento, enfim os estudos brasileiros, que o Estado do Paraná tanto deseja de seus homens.

Ao considerar-nos o Curso da Escola Superior de Guerra, como o mais alto ponto de cultura das instituições nacionais e, considerando os homens de valor dentro da classe funcional do nosso Estado pensamos que, somente com esta ajuda e o tr lhamento curricular da própria Direção da Escola Superior de Guerra, poderá o amanhã, ter uma elite de homens capazes de desdobrar sobre os problemas brasileiros e principalmente do nosso Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 64-71

Autor: Deputado Erondy Silvério

PARECER

1) — A Proposição supra referida foi elaborada atendendo ao que dispõe o art. 123, do Regimento Interno.

2) — Dito Projeto é justo e oportuno, pois o curso a que se refere a mesma iniciativa habilita tanto civis como militares, que pela sua capacidade, dis-

tição nas diversas especialidades, ampliarão seus conhecimentos pela visão panorâmica dos problemas essenciais brasileiros.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos plenamente, a justificação do Autor.

3) — Nestas condições, somos pela sua aprovação.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de julho de 1971.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 64-71

Autor: Deputado Ercndy Silvério

PARECER

Opinamos pela aprovação do presente Projeto de Lei que, não ofende princípios de ordem financeira e tem ainda alto objetivo social.

Sala das Comissões, em 26 de agosto de 1971.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

(Assinatura ilegível)

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 103-74, de autoria do Poder Executivo Mensagem n.º 35-74, que dispõe sobre o pagamento da gratificação de produtividade que trata a Lei n.º 6.569, de 25-06-74, aos ocupantes dos cargos de carreira que especifica, dos Quadros de Pessoal dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM — 35-74

Curitiba, 25 de junho de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto da lei que dispõe sobre o pagamento da gratificação de produtividade de que trata a Lei n.º 6.569-74, hoje sancionada, aos ocupantes dos cargos de carreiras que especifica, da parte permanente dos quadros de pessoal dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado.

O benefício consubstanciado no Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Casa de Leis assemelha-se ao concedido aos funcionários do Poder Executivo, pela lei específica de hoje datada, tendo seus valores sido necessariamente modificados em respeito e obediência ao disposto nos artigos 64 e 83 da Constituição Estadual e 98 e 108 da Constituição Federal, que versam sobre a paridade de vencimentos entre os funcionários dos três Poderes do Estado.

Assim sendo e atendendo proposição formulada pelas áreas interessadas, a medida encaminhada a essa Augusta Casa de Leis, virá conceder aos funcionários da parte permanente dos demais Poderes do Estado a gratificação de produtividade sob a mesma configuração legal, sendo prevista, inclusive, a possibilidade dela fazer parte do provento de inatividade nos casos de futuras aposentadorias por tempo de serviço.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa merecerá o necessário apelo e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Ate que, na forma dos artigos 64 e 83 da Constituição Estadual e 98 e 108 da Constituição Federal, seja implantada a paridade de vencimentos entre os funcionários dos Três Poderes do Estado, a gratificação de que trata a Lei n.º 6.569, de 25 de junho de 1974, será paga, nos valores abaixo, aos atuais ocupantes dos seguintes cargos integrantes de carreiras da parte permanente dos quadros de pessoal dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado:

I — ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO:

Carreira de Advogado, níveis 26 a 30, no valor mensal de Cr\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos cruzeiros); carreiras de Economista e Contador, no valor mensal de Cr\$ 1.100,00 (hum mil e cem cruzeiros); carreiras de Técnico de Administração e Redator, no valor mensal de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros).

II — TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

Carreira de Assessor Jurídico, com vencimentos pelos níveis 28 a 30 no valor mensal de Cr\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos cruzeiros); carreiras de Psicólogo e Assistente Social, no valor mensal de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros).

III — TRIBUNAL DE CONTAS:

Carreiras de Assessor Jurídico e Engenheiro, no valor mensal de Cr\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos cruzeiros); carreiras de Economista e Contador, no valor mensal de Cr\$ 1.100,00 (hum mil e cem cruzeiros); carreira de Redator, no valor mensal de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros).

Art. 2.º — Os atuais integrantes das carreiras de Médico (excluídos os que percebem vencimentos que não os do respectivo nível), Cirurgião Dentista e Enfermeiro, da parte permanente dos quadros referidos no artigo anterior, perceberão a gratificação de que trata esta Lei, nos valores mensais de Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros), Cr\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta cruzeiros) e Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), respectivamente.

Parágrafo Único — Os profissionais referidos neste artigo, que comprovadamente não acumularem cargos da mesma natureza, poderão perceber a gratificação pelo dobro do valor ali previsto, enquanto perdurar essa situação.

Art. 3.º — A gratificação de produtividade é devida em razão do pleno exercício profissional na lotação do funcionário e é inacumulável com a gratificação de tempo integral, admitida a opção, quando for o caso.

Art. 4.º — A gratificação de que trata este artigo fará parte integrante dos proventos de inatividade nos casos de futuras aposentadorias por tempo de serviço.

Art. 5.º — As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das verbas próprias, do Orçamento vigente.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 103-74

1 — O presente projeto de lei constitui-se da Mensagem Governamental n.º 35-74, encaminhando a este Poder para os fins constitucionais anteprojeto de lei que dispõe sobre o pagamento da gratificação de produtividade de que trata a Lei n.º 6.569-74, de 25 de junho de 1974, aos ocupantes dos cargos de

carreiras que especifica, da parte permanente dos quadros de pessoal dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado.

2 — A proposição que nos é dada a examinar nesta oportunidade, quanto aos aspectos de ordem legal e constitucional, merece acolhida nesta Comissão, razão pela qual somos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 5 de agosto de 1974.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Ivo Thomazoni — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 103-74

MENSAGEM N.º 35-74

Autor: GOVERNO DO ESTADO

PARECER

A presente iniciativa de lei oriunda de Mensagem Governamental n.º 35-74, que concede aos funcionários dos Poderes Legislativo, Judiciário e Tribunal de Contas do Estado os benefícios oriundos da Lei n.º 6.569-74, nas proporções estabelecidas na mesma Mensagem aos ocupantes dos cargos ali marginalizados.

Do ponto de vista que nos compete examinar, não encontramos quaisquer dispositivos que possam antepor a sua livre tramitação nesta Casa de Leis. Somos, portanto, pela sua aprovação, por julgá-lo de alto alcance social, tendo em vista que o mesmo vem atender aos anseios da laboriosa classe dos funcionários públicos dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado.

Sala das Comissões, em

(Assinatura ilegível) — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 465-68, de autoria da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, comunicando haver cientificado o Senado Federal sobre aprovação de Emenda à Constituição do Brasil, em seu Título I — Capítulo VI — Seção VI — do Orçamento. Parecer pelo ARQUIVAMENTO da C.C.J. — Rejeitado.

PROPOSIÇÃO N.º 465-68

Ofício

N.º 719

Em 9 de dezembro de 1968

Senhor Presidente

Levo ao conhecimento de V. Excia. que a Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara cientificou o Senado Federal sobre a aprovação da seguinte emenda à Constituição do Brasil, baseado no que dispõe o Art. 50, inciso III, combinado com seu § 4.º, da mesma Constituição:

"TÍTULO I

CAPÍTULO VI

Seção VI — Do Orçamento

N.º 5 — Substitutiva

O Art. 67 terá a seguinte redação:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos ou proventos de inativos.

§ 1.º — Não serão objeto de deliberação emendas de que decorra aumento da despesa global.

Ficam mantidos com a atual redação os parágrafos 2.º e 3.º."

Ao Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná Apresento a V. Excia. os meus protestos de elevada consideração e apreço.

JOSE BONIFÁCIO DINIZ DE ANDRADA

Presidente

PARECER

PROPOSIÇÃO N.º 465-68

Autor: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

I — A matéria perdeu sua oportunidade, face à Constituição Federal vigente.

II — A competência, atribuída anteriormente às Assembléias Legislativas, desapareceu, pelo fato.

III — A matéria perdeu sua oportunidade.

Pelo ARQUIVAMENTO

Sala das Comissões, em

Wilson Brandão — Presidente

Emílio Carazzzi — Relator

(Ass. ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.º 28-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para as Proposições n.ºs. 123 e 124-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 90-74. — Aprovado

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da Telebrás, no sentido de que o Sistema Telefônico — DDD, da Telepar, na cidade de Barracão, continue sob a orientação da Companhia Paranaense de Telecomunicações. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Haroldo Bianchi, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs. 19-74 e 20-74. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 7, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 103-74 e 90-74.

marcando ainda, uma Sessão Extraordinária, para amanhã, dia 7, quarta-feira, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 123-74.

Levanta-se a Sessão.